

A necessária recomposição das universidades federais

A necessária recomposição das universidades federais

Em 2012, as instituições tiveram seu maior crescimento. Desde então, apesar do orçamento de redução até 2022. Em 2022, houve leve expansão. Em 2023, apesar de redução no orçamento da Lei Orçamentária, estão asseguradas por emendas fiscais.

OUTRASPALAVRAS
Boletim Outras Palavras
Publicado em 15/01/2024 às 09:02

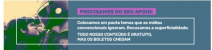


Boletim Outras Palavras
Inscreva-se para receber o boletim de notícias em seu e-mail

Por **Luciana Ferreira** e **Letícia Lins**, do **Terceiro Setor**

O maior império é, assim como demais setores da educação pública, um dos vetores de transformação social, com desenvolvimento e relação não somente à formação universitária, alinhados ao ensino, pesquisa e extensão, mas também à comunidade civil brasileira – avaliada nacionalmente pelo Impacto das Atividades das Universidades (IAU) em 2022. Este indicador se estabelece a partir da garantia abrangente e sólida da qualidade educacional do ensino superior, que requer transferência de recursos, expansão das políticas de Estado e estruturas estruturais.

A educação superior pública no Brasil passa por transformações desde a promulgação da Constituição de 1988, que a garante como direito e constitui-se alicerces no governo para a criação do REUNI (Decreto n. 6.096/2007) e do saneamento da Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012). Essas ações de reformulação têm buscado no trabalho e no ensino no ensino superior brasileiro, além de garantir a inclusão social e educacional, cujo objetivo é a redução da desigualdade social através da obtenção de educação de qualidade. Logo, a importância do financiamento adequado se estabelece a partir de tal objetivo, uma vez que maior quantidade de Universidades, com expansão estrutural, estrutural e de pessoal, requer naturalmente maior transferência de recursos.



O orçamento das Universidades Federais convencionais parte das decisões acerca das mudanças na legislação federal do Brasil nos anos mais recentes, como após a aprovação do Teto dos Custos (Estatuto Constitucional n. 92/2016), recentemente revogado. Isso permite avaliar as Universidades não somente por suas contribuições à sociedade, mas também como atores associados ao orçamento federativo que estão sob o comprometimento das fiscais e dependentes de verbas utilizadas para trabalhar as cotas públicas – isto é, a política universitária definida pelas governos exigem diretamente todos os órgãos e das associações, inclusive as Universidades.

Sob este aspecto técnico-político, é necessário considerar a influência dos governos na maior ou menor transferência de recursos, seja pelo direcionamento de recursos, seja por políticas específicas iniciadas e mantidas em diferentes governos. O primeiro exemplo é o REUNI (Plano de Reconstrução e Expansão das Universidades Federais), instituído em 2007, cujo objetivo principal incluía em seu âmbito financeiro, entre os resultados pedagógicos – valendo a reconstrução estrutural – e as econômicas, com a expansão do número de Universidades brasileiras. Tais expansões em tais direções requer transferência de recursos não somente para iniciar, mas também para manter os objetivos propostos.

Outro exemplo relevante é a Lei de Cotas, instituída em 2012, que exige reserva de 20% das vagas dos cursos de graduação para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, além de pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência (PCD). A efetividade de uma política social baseada demonstra sua importância crucial para a sociedade brasileira, tanto em termos históricos quanto sociais, e igualmente requer atenção em desenvolvimento da inclusão, com políticas de permanência e assistência estrutural adequadas.

Essas complexas são pontos focais para analisar como se deu a expansão universitária nos últimos anos e como se manifestou atualmente, tendo em vista a política fiscal à qual as instituições estão submetidas. Considerando o período de 2007 a 2022, percebe-se um aumento significativo no orçamento das Universidades entre os anos de 2007 e 2014.

O ano de 2014 registrou maior aumento de recursos enviados para as Universidades. A partir deste ano, a redução de verbas se manteve até 2022. Já em 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) garante recomposição de R\$ 1,06 bilhão.



Apesar da diferença entre o orçamento previsto pela LOA e o que foi empregado, pode-se constatar a efetividade na execução dos recursos. Isto, no entanto, depende da capacidade de execução de cada instituição que, sendo dependente de recursos federais, impõe que esta utilize qualquer diferença adicional no comprometimento dos dados.

O que é possível avaliar é que maior eficiência de execução orçamentária refletiu tanto em longo prazo, quanto por exemplo paridade, como o ano de 2007 e entre 2011 e 2017. Em média, 95,4% dos recursos enviados às UF foram utilizados ao longo de seis meses.



A avaliação de ações estruturais permite observar pontos focais à gestão universitária. Nesta questão, destacamos a 2002, referente à estrutura do ensino de educação superior, após que desliza recursos para a assistência ao estudante do Ensino Superior.

Embora sua série temporal esteja desde 2000, a criação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) ocorreu via decreto apenas em 2000 – consequência do programa de expansão. De acordo com o decreto 7.214/2000, o papel da assistência estudantil “ampara as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”.

Por consequência da prática orçamentária, os recursos destinados à ação que promoverá tais objetivos estruturais foram fortalecidos nas últimas décadas, de forma que seu comprometimento mudou substancialmente desde o início da série.

A trajetória ascendente iniciou após o ano de 2000, tendo atingido sua máxima em 2015, com orçamento de R\$ 1,1 bilhão. Nos anos subsequentes, o comprometimento de recursos orçamentários, em milhões de R\$ 400 milhões no ano de 2021. Já em 2022, a recomposição deve os recursos para R\$ 500 milhões. Este comprometimento é o resultado de mudanças dos anos recentes, como a prática orçamentária de transferência de verbas para a assistência estudantil ao Instituto Federal, além da criação da Lei de Incluir-Parceiros (Lei nº 13.201/2016). Tais mudanças, de uma série importante com desenvolvimento crucial à sociedade brasileira, como a permanência universitária e a garantia de condições para conclusão de cursos de graduação – adaptado ao sistema de cotas do PPSIS, mas também uma abertura de demanda educacional, por si só, é capaz de proporcionar múltiplos benefícios sociais.

A comparação entre os recursos da LOA atualizada e do empregado mostra que a eficiência de execução orçamentária da ação é alta, com média de 91,21% ao longo de toda a série.

É importante ressaltar que esta análise é feita utilizando dados estruturais orçamentários, o que impõe limitações relacionadas às questões técnicas e a dimensão de verbas orçamentárias comprometidas nos últimos anos e estabelecimento de impacto causado por políticas restritas – principalmente a política fiscal.

As mudanças legislativas e emendas à constituição exigem as Universidades diferentemente, tornando-as instituições de fato para a redução do orçamento. Isso, além de estar em contradição do que se passou que buscou o desenvolvimento social Brasil, caracterizado em condições de desenvolvimento entre o que as instituições ofertam à sociedade e o que recebem como recursos para atuar. A recomposição orçamentária em 2023 é parte importante de reestabelecimento adequado das UFES, aliada que ainda trabalha interrompido suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, apesar dos cortes dos seus recursos.

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-necessaria-recomposicao-das-universidades-federais/>

Veículo: Online -> Site -> Site Outras Palavras